

# Opção Cultural

## LICENCIATURAS NA UFG

# O magistério em baixa

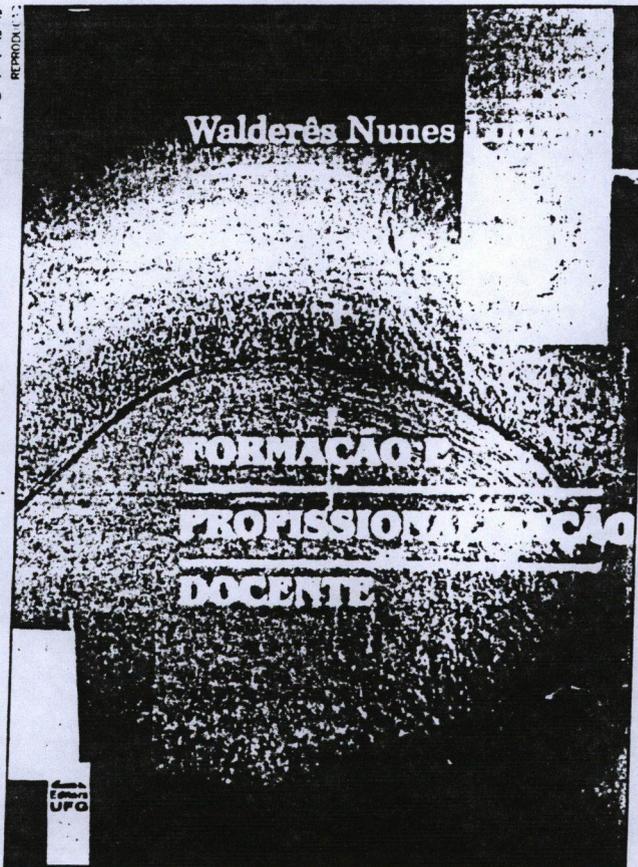
Apesar de valorizada no discurso, a educação continua desprestigiada, como mostra pesquisa realizada pela Faculdade de Educação da UFG com alunos egressos dos cursos de licenciatura

JOSÉ MARIA E SILVA

pesquisa realizada por uma equipe de professores da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, sob o comando da pedagoga Walderês Nunes Loureiro, secretária de Educação do município, deveria ser o tema principal do debate entre os candidatos a reitor da instituição. É que essa pesquisa confirma um dado ocupante — a queda do prestígio da profissão de professor. A vertiginosa ampliação do ensino no país, com a caça das crianças de 7 a 14 anos fora da escola e a ida de ex-alunos aos bancos escolares, resultou em valorização do magistério pelo contrário, segundo a pesquisa, convalidando estudos anteriores, “a ampliação de oportunidades educacionais para as crianças das classes trabalhadoras coincide com um progressivo rebaixamento do status dos professores”, o que, por sua vez, resulta na desvalorização dos cursos de licenciatura docente dentro da própria unidade, gerando um círculo vicioso difícil de romper.

Alvo da pesquisa foram os alunos dos cursos de licenciatura da UFG formados no período de 1987 a 1996, consultados mediante a aplicação de questionários. O trabalho resultou no livro *Formação e Profissionalização Docente* (Editora da UFG, 1999), organizado por Walderês Nunes Loureiro, com a participação dos pesquisadores Andréia Ferreira da Silva, João Carlos de Oliveira, Marcos Correa da Silva, Mirza Seabra Toschi e Ruth Regina Cerqueira. “O objetivo geral deste trabalho consiste em organizar um banco de dados sobre os egressos dos cursos de licenciatura da UFG, visando subsidiar pesquisas sobre a formação de professores”, afirma Walderês Loureiro. Por trás dessa iniciativa modesta, a pesquisa reveste-se de alta relevância — é um instrumento para a universidade conhecer-se a si mesma. Serve, inclusive, como um contraponto à avaliação e não apenas ideológica — a avaliações que servem como o provão.

Até por falta de hábito, pesquisas do gênero costumam apresentar algumas deficiências. A partir das fontes — os entrevistados. Os egressos dos cursos de licenciatura da UFG mostraram-se arredios ante o questionário do que Pajão e do gravador. A diferença entre a reação acadêmica da UFG e o matuto de Guimarães é quase nenhuma como revela Walderês Loureiro: “No decorrer da aplicação das fichas de identificação e dos questionários, verificou-se, em algumas vezes, uma indisposição em respondê-los. Recusas ou indisposição vinham acompanhadas de perguntas tais como: ‘para que vocês querem essas informações?’, ‘o que eu vou ganhar ao responder?’, ‘você tem certeza que eu não serei enganado?’”. O grau de estranhamento dos alunos pela UFG avizinha-se do ridículo. Os entrevistados contam que alguns dos entrevistados esperavam mesmo a possibilidade de um “bônus” por responder as perguntas, enquanto



Capa do livro *Formação e Profissionalização Docente*, organizado pela pedagoga Walderês Loureiro: tentativa de diagnóstico de uma década dos cursos de licenciatura da UFG

outros chegaram a desejar “um certificado de respondente de questionário”.

Depois de levantar a hipótese de que esse estranhamento poderia ser um “sintoma da situação profissional dos licenciados”, os pesquisadores acrescentam: “Outra hipótese plausível para essa atitude dos respondentes é sua pouca experiência na área de pesquisa”. E supõem que “isso aconteceu especialmente por eles terem sido alunos dos cursos de licenciatura, onde o espaço da pesquisa é reduzido e considerada, na maioria dos cursos, como desnecessária à formação do professor”. Ora, a hipótese é claramente equivocada, fruto do culto à pesquisa que se vive, hoje, nas universidades públicas. Obviamente, ninguém precisa ser um pesquisador para responder bem a uma pesquisa, muito menos é necessário ter defendido tese para se comportar adequadamente como informante. Bastam um mínimo de inteligência e um pouco de educação — atributos que convivem até com o analfabetismo absoluto e, ironicamente, podem faltar entre diplomados, como parece ter ocorrido nos casos em questão.

**ATITUDES ESQUIVAS** — Outro equívoco dos pesquisadores ao analisar os dados é imaginar que as atitudes esquivas dos ex-alunos, esperando algum benefício ao responder ao questionário, “vinculam-se, em geral, a um ‘modo capitalista de pensar’ em que tudo na sociedade se torna mercadoria e qualquer relação se caracteriza como troca”. Qualquer antropólogo que tenha feito pesquisa em culturas onde sequer existem moedas, quanto mais um “modo capitalista de pensar”, já deparou com atitudes semelhantes — o informante querendo levar alguma espécie de vantagem em troca da informação que fornece. Mais pertinente é a outra hipótese que Walderês Loureiro levanta para explicar a relutância de algumas pessoas em responder as questões: “A atitude dos respondentes também demonstra desconfiança e medo de expor suas idéias, avaliações e visão de mundo”. Loureiro atribui esse modo de reagir às “relações clientelísticas presentes na área educacional e na política, especialmente na rede estadual de ensino, onde, até o momento (final de 1998), a escolha da direção de escolas se faz por indicação político-partidária e os concursos públicos para o magistério raramente acontecem”.

O discurso monocórdico em defesa da educação (quase sempre falso entre políticos) revela-se pouco crível também dentro das universidades. Os pedagogos responsáveis pela pesquisa são os primeiros a reconhecer: “A formação do professor na universidade brasileira tem ocupado um lugar secundário e, o que é mais grave, é tratada como algo inferior dentro dos próprios cursos onde se realiza a sua formação”. Observando que “as relações de poder perpassam toda a atividade acadêmica”, eles acrescentam que, também na hierarquia da instituição universitária, “as atividades ligadas à educação e à formação de professores estão em um dos patamares mais baixos”. É pena que os pedagogos sejam os primeiros a contribuir para essa desvalorização. São eles os que mais tratam a pesquisa como um fetiche, como se a transmissão de conhecimentos, quando feita com arte, também não fosse uma atividade digna e mesmo sublime, muito mais importante até do que pesquisar por pesquisar, apenas para ostentar um título de mestre ou doutor.

Segundo várias pesquisas nacionais, a maioria dos alunos formados por universidades públicas torna-se professor de escolas particulares, enquanto grande parte dos professores das escolas estaduais e municipais vem de universidades particulares de qualidade inferior. Walderês Loureiro faz uma pergunta crucial, que precisa ecoar nas campanhas dos candidatos a reitor: “Qual, então, é a função dos cursos de licenciatura numa universidade pública, se os seus egressos têm-se destinado aos bons colégios particulares e se a grande maioria do professorado das escolas estaduais e municipais está sendo formada em faculdades de

**“O construtivismo no Brasil é uma maiêutica marxista, espécie de charlatanismo pedagógico que transforma Lênin e Mão-Tsé-Tung em educadores tão grandes quanto Sócrates ou Piaget”**

## "A vertiginosa ampliação do ensino no país, com a caça das crianças de 7 a 14 anos fora da escola e a volta de ex-alunos aos bancos escolares, não resultou em valorização do magistério"

particulares, nem sempre com padrão educacional adequado?" Mas dificilmente a universidade dará a única resposta eficaz a essa pergunta — o seu apoio integral ao projeto de reserva de vagas nas universidades públicas para alunos das redes municipais e estaduais de ensino, apresentado pelo senador Antero Paes de Barros, do PSDB do Mato Grosso do Sul. O dogmatismo utópico impede essa saída, que pode ser a salvação da universidade pública no país.

**"CULTURA DO FRACASSO"** — Outros fatores, segundo a pesquisa, são indicativos da desvalorização crescente do magistério. Um deles é o crescimento do número de alunos de licenciatura oriundos do período noturno das escolas públicas, especialmente nas ciências humanas, mais desprestigiadas ainda do que as licenciaturas das ciências exatas e biológicas. É possível que essa desvalorização social do professor seja um dos motivos que levaram muitos egressos a demonstrar desinteresse pelo curso, ainda que não o tenham abandonado por isso. Mesmo assim, os cursos de exatas não perdem o viés pernóstico da "cultura do fracasso", que considera melhor professor o que mais reprova. Mesmo no período 1992-95, quando a pesquisa constatou um menor índice de reprovação, o curso de física, por exemplo, continuou recordista — a totalidade dos egressos do curso reprovou ao menos em uma disciplina durante o período de formação.

Essa busca de valorização do curso por meio da reprovação de alunos — especialmente no curso de física — revela que a "cultura do fracasso" também é alimentada, ainda que sem querer, pela área de humanas. Citando Maria Isabel da Cunha, autora do livro *O Professor e Sua Prática* (Editora Papiró, 1994), os pesquisadores da UFG fazem um comentário sintomático: "Essa distribuição desigual dos índices de fracasso expressa uma valorização desigual das diferentes carreiras para as quais os cursos preparam. O curso de física não é uma exceção na área de ciências exatas, formada por profissionais qualificados. Trata-se de profissionais que são valorizados por dominarem um conteúdo considerado complexo e acessível a poucos. Nesse sentido, poucos são os alunos que 'devem' ser aprovados, tornando o fracasso nessas áreas fato natural e não sintoma de 'problemas pedagógicos', o que coloca sobre os alunos a responsabilidade de suas reprovações".

Ora, qual o motivo que levou os pesquisadores à afirmação de que a área de ciências exatas é "formada por profissionais qualificados", antes de criticá-la por sua "cultura do fracasso"? Por acaso as demais áreas da UFG não são formadas por profissionais qualificados ou a "alta qualidade" dos professores de exatas da UFG é tão homogênea que não existem altos e baixos em seu corpo docente como ocorre em qualquer instituição de ensino de qualquer lugar do mundo? Reprovar por prazer — fato corriqueiro nas ciências exatas, do primário à pós-graduação — quase sempre uma autodefesa do pro-

explicações, ele faz da renovação um ritual com que protege a própria ignorância. Portanto, quem sabe se a hipótese mais provável para os altos índices de reprovação em física não é exatamente a frustração de alguns professores de curso? Talvez, incapazes de fazer ciência (devido às condições estruturais até), tornaram-se carcereiros dela. E se os pedagogos responsáveis pela pesquisa não tiveram a coragem de afirmar isso ao menos em nível de hipótese é porque também eles sentem uma reverência religiosa pelos profissionais de exatas.

**PUBLICAÇÃO DE TRABALHOS** — A pesquisa apresenta indicadores de desempenho acadêmico dos licenciados, entre eles, a publicação de trabalhos. No período de 1987-91, um percentual inexpressivo de egressos afirmou ter publicado trabalho referente à área de seu curso. Ciências exatas foi a área em que mais se publicaram trabalhos (um décimo do total de alunos), enquanto educação foi a que menos publicou. Em 96, dentre os cursos que lideraram a produção de trabalho,

*"Alguns dos ex-alunos da UFG esperavam um emprego por responder as perguntas dos pesquisadores e até queriam receber um certificado de respondente de questionário"*



destacam-se ciências biológicas e filosofia. Já no período de 1992-95, além do fato de que nenhum egresso de filosofia publicou qualquer trabalho, chama a atenção o fato de que "a totalidade" dos egressos de ciências biológicas — segundo os pesquisadores — publicou trabalho durante o curso.

Apesar desses índices extremamente favoráveis, os pesquisadores da Faculdade de Educação, imbuídos do dogma construtivista de que todo aluno é capaz de ser um cientista original, ainda acham que os egressos das licenciaturas publicaram pouco: "Parece que não houve um trabalho pedagógico junto aos licenciados para a realização e publicação de trabalhos científicos. Isso parece estar de acordo com a ideia de que os alunos das licenciaturas apenas devem assimilar informações e conhecimentos, e não produzi-los. Assim, não se utiliza a produção de trabalhos acadêmicos para publicação, como uma estratégia de ensino-aprendizagem".

Ora, isso é uma inegável projeção do viés construtivista sobre os dados apresentados por eles próprios. Em quase todos os cursos, foi comum a metade dos alunos publicar trabalho e, no caso de ciências biológicas, é preciso enfatizar o feito espantoso — a totalidade dos alunos publicou trabalho no período de 1992-95.

Num país em que a maioria dos mestres e doutores não consegue publicar dissertações e teses e elas dormem nas gavetas para além de suas aposentadorias, não é inacreditável que a totalidade de alunos de um mero curso de graduação consiga publicar seus trabalhos acadêmicos?

Os pesquisadores nem atentaram para o fato de que, mesmo se houvesse uma ferrenha política de incentivo à publicação em todos os cursos, ainda assim nem todos alunos teriam publicado trabalho. E por uma razão prosaica — não haveria espaço para publicação. A universidade dispõe de poucas revistas especializadas, quase todas elas com uma periodicidade muito irregular e, ainda por cima, voltadas para atender os professores. E ampliar esse volume de publicações acadêmicas tem um alto custo editorial, que a universidade sempre em crise provavelmente não suportaria.

Por isso, o espanto cresce: como foi que os alunos de ciências biológicas conseguiram — em sua totalidade — publicar trabalhos? A explicação — que, infelizmente, coloca em xeque toda a pesquisa — se encontra no número de egressos desse curso que responderam ao questionário no período de 1992-95 — dois alunos. O livro não traz a tabela relativa a essas variáveis, mas pelas outras se depreende que apenas dois alunos responderam ao questionário e, como coincidiu que ambos, provavelmente bons alunos, publicaram trabalhos, ficou, para os pesquisadores, como se a totalidade dos egressos de ciências biológicas no período 1992-95 tivesse publicado.

O equívoco dos pesquisadores ao avaliar os dados é tão flagrante que, ao comparar o índice de publicação dos egressos de 1996 com o do período de 1992-95, eles chegam a comentar: "Entre os cursos que lideraram em publicação, figuraram ciências biológicas e filosofia. Curiosamente, o primeiro teve sua produção reduzida à metade, e o segundo saltou do índice nulo para metade dos seus egressos". Mas não há nada de curioso nesses dados. Há apenas uma impossibilidade de levá-los estatisticamente a sério. Também em relação a 1996, apenas dois alunos de ciências biológicas responderam ao questionário; logo, se um deles não publicou trabalho, o índice de publicação fatalmente cai à metade em relação ao período anterior.

**AValiação dos Cursos** — A pesquisa também é problemática no que se refere à avaliação dos cursos por parte dos alunos. Ao perguntar quais os fatores que mais prejudicaram os alunos na graduação, a pesquisa ofereceu seis alternativas para os egressos, nenhuma delas relativas à qualidade do corpo docente. O viés materialista-dialético que impera na pedagogia levou os pesquisadores a apresentar duas alternativas de caráter econômico: "dificuldade de conciliar os estudos com o trabalho ou outros compromissos" e "faltaram recursos financeiros para o

**Opção Cultural**

GOIÂNIA, DE 22 A 28 DE ABRIL DE 2001

## **"A maioria significativa dos ex-alunos da UFG possuem biblioteca em casa, dizem os pesquisadores. O problema é que biblioteca, segundo eles, é qualquer acervo com mais de 20 livros"**

*livros e outros materiais de estudo*. A primeira hipótese é plausível, mas a segunda quase chega a não ter cabimento. Ainda que um tanto precária, a Biblioteca Central da UFG é mais do que suficiente para o aluno fazer um bom curso de graduação. Além disso, a indústria da fotocópia na universidade funciona como um Programa do Livro Didático extra-oficial, subsidiando a compra de textos avulsos usados em sala de aula.

Preocupados em identificar concepções pedagógicas "mais avançadas" entre os alunos, o que os pesquisadores acabam constatando é que há uma grande incoerência pedagógica por parte dos alunos das licenciaturas, que misturam visões até contraditórias da educação. "Como explicar a ênfase no domínio dos conteúdos, paralela a uma concepção didática que inclui as dimensões política e humana, sendo que desvaloriza o professor como pesquisador, como capaz de produzir saberes, e minimiza a postura profissional de deixar o aluno falar ou partir do que sabe?", indaga Walderês Loureiro.

Mesmo assim, os pesquisadores são otimistas e observam: "Houve opções que representaram concepções mais avançadas, como *transformação da personalidade do aluno num sentido libertário*, que possibilita à escola exercer um papel mais libertário, formador de cidadania, e, portanto, mais condizente com o desejo de uma escola que assume papéis políticos, e não apenas cognitivos e morais". Além da frase quase tautológica, — "*aluno num sentido libertário que possibilita à escola exercer um papel mais libertário*",

— a idéia de que uma universalidade pode transformar a personalidade de um aluno já adulto e que essa maleabilidade do aluno em ser transformado como um bloco de argila é libertária é, no mínimo, um conceito paradoxal de liberdade. Parecido, aliás, com o conceito de liberdade e igualdade socialista que o historiador Romualdo Pessoa, professor do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais da UFG, deixa entrever em seu artigo "Como iludir o povo com o slogan de liberdade, igualdade e democracia", publicado na edição passada do *Jornal Opção*.

Pelo fato de descreverem o aluno como participante do processo de ensino sob direção do professor e também como sujeito do ato de conhecimento, os egressos dos cursos de licenciatura da UFG são vistos pelos pesquisadores como tendo se imbuído da visão construtivista: "Essas escolas podem denotar a influência que o construtivismo vem obtendo na área educacional, talvez porque suas concepções de conhecimento e aprendizagem estão de acordo com as necessidades de produção de uma força de trabalho com pensamento crítico, flexível e criativo, concepções que vêm sendo trabalhadas em diferentes disciplinas da área pedagógica".

**"O discurso monocórdico em defesa da educação (quase sempre falso entre políticos) também é pouco crível nas universidades, onde a formação de professores é vista com desprezo"**



Depois, os pesquisadores se espantam com o fato de que o mesmo aluno que dá importância ao domínio dos conteúdos, por parte do professor, é o que também desvaloriza a didática e não vê a pesquisa como importante para o processo de aprendizagem. Até os alunos de pedagogia, apesar da algaravia construtivista com que a faculdade tenta doutriná-los, continuam achando que o mais importante para um professor é o domínio de conteúdo, ao mesmo tempo em que não dão valor à didática, o que, como reconhecem os próprios pesquisadores, é negar a natureza mesma do magistério. Da fé construtivista absorveram apenas dois dogmas, citados secundariamente na pesquisa: a idéia de que todo professor tem de ser pesquisador e a de que se deve deixar o aluno falar.

Talvez a própria metodologia da pesquisa elucidasse essas confusões dos egressos dos cursos de licenciatura. Além da importância excessiva dada a alguns

**"O viés materialista-dialético que impera na pedagogia levou os pesquisadores a priorizar o aspecto econômico na hora de avaliar os fatores que prejudicaram o curso"**



aspectos sócio-econômicos, a pesquisa peca ainda mais pelo viés político. No capítulo dedicado à "caracterização sociocultural" dos egressos, os fatores culturais (índices de leitura, escolaridade dos pais e opção religiosa) são resumidos apressadamente em seis páginas, o mesmo total de páginas ocupado pela participação política deles.

**PERFIS SOCIAIS** — Os pesquisadores foram bastante metódicos no levantamento de um perfil político dos entrevistados, buscando saber quantos eram sindicalizados e quantos votaram na última eleição de seus respectivos sindicatos. Também foram exaustivos na caracterização

do quadro político-partidário brasileiro, dividido em partidos conservadores ou de direita, partidos de centro-esquerda e partidos de esquerda, observando que a maioria dos estudantes são de esquerda ou de centro-esquerda. Não faltou sequer a senha ideológica pós-Real: "Votou em quem para presidente — Fernando Henrique ou Lula?"

Não há nada de errado com essa preocupação política dos pesquisadores, desde, é claro, que ela não atrapalhasse outros aspectos muito mais importantes de uma pesquisa do gênero, como acabou ocorrendo. É o que fica claro neste mes-

mo capítulo da "caracterização sociocultural" na questão relativa à biblioteca. "A maioria significativa dos egressos do período de 1987-1991 possuem biblioteca em casa, característica mais marcante dos egressos da área de ciências humanas, seguida da área de educação, lingüística, letras e artes. O menor número de egressos com biblioteca em casa encontrava-se na área de ciências biológicas e saúde, seguida da área de ciências exatas; muito embora ainda em proporção significativa".

Aparentemente, a formação cultural dos alunos da UFG é de fazer inveja às maiores universidades do mundo. Não é qualquer país que pode ostentar entre seus jovens uma legião de Leopardis com biblioteca em casa. Mas a alegria que esse dado suscita é logo desfeita pela nota de rodapé que acompanha o termo *biblioteca*. Diz a nota: "A posse de mais de vinte livros foi considerada biblioteca". É inacreditável, mas está lá — para os pesquisadores que elaboraram o perfil dos atuais e potenciais professores goianos, ter apenas 21 livros em casa já configura ter uma biblioteca.

Mais grave é que os pesquisadores não procuraram saber do que tipo de livros se constituem essas bibliotecas dos ex-alunos, exatamente os mesmos pesquisadores que foram tão metódicos na hora de deslindar o espectro político brasileiro que não se esqueceram nem mesmo de um tal PRS ou Partido das Reformas Sociais. Ora, o que é muito mais importante numa pesquisa sobre educação: saber em quem o professor vota ou saber o que ele lê?

É óbvio que, mesmo os alunos que disseram ter biblioteca em casa, por terem mais de 20 livros, provavelmente computaram o acervo de livros didáticos que ganham nas escolas onde dão aula, mais aqueles livros que todo mundo tem na estante da sala, ao lado da televisão — uma Bíblia, uma enciclopédia de camelô em três ou cinco volumes, uma coleção de livros de receita, o último romance de Paulo Coelho. A impressão que fica é que a Faculdade de Pedagogia, ao mostrar com quantos livros se faz uma biblioteca, acabou revelando também com quantos paus se faz a canoa furada do ensino brasileiro.